

Disciplina da pós-graduação em Ciências Sociais.

Segundo semestre de 2017.

Nome: Um balanço do Brasil após a Constituição de 1988.

Professor responsável: Rubem Barboza Filho

Ementa:

O Brasil enfrenta hoje uma profunda crise, que se manifesta na política, na economia, no Estado e em suas políticas, na sociedade e mesmo na sua capacidade reflexiva e de construção de saídas que mantenham – e ampliem – a democracia como nossa forma de vida. Não faltam diagnósticos a apontar a obsolescência da Constituição, a falência da nossa versão de uma estratégia socialdemocrata – hegemônica nos governos do PSDB e do PT -, a estreiteza do liberalismo brasileiro, a insensibilidade, incompetência e corrupção de nossas elites econômicas e políticas como elementos de um caldo de razões que podem nos levar a futuro próximo de conservadorismo e autoritarismo.

O objetivo deste curso é o de refletir sobre esta crise, decompondo-a em blocos temáticos para um exame mais sistemático das circunstâncias em que vivemos, dos problemas que enfrentamos e das possíveis alternativas, tendo como marcador temporal a Constituição de 1988. Evidentemente, não é possível tratar de todas as questões que nos afligem, mas o propósito é o de que, ao final do curso, os alunos possam chegar a uma visão mais totalizante da natureza de nossa crise. Por outro lado, este curso contará com a colaboração de vários pesquisadores e especialistas, que poderão oferecer a todos uma visão especial de cada bloco temático. Ou seja, para a análise de questões chaves, teremos a participação de professores da própria Universidade e/ou de fora dela, fazendo com que o balanço do Brasil após a Constituição de 1988 não se perca em generalidades.

Para maior clareza, apresento uma programação preliminar do que seria o andamento do curso. Esta programação poderá sofrer modificações, por contar com a participação de outros professores e pesquisadores.

1º. Bloco (2 seminários): a Constituição de 1988 está obsoleta?

O propósito aqui é o de estudar a nossa carta constitucional, a sua imaginação do país, da soberania popular, do federalismo, da liberdade, da igualdade – dos direitos, enfim-, da unificação do povo em valores democráticos, do acerto de contas com o passado autoritário, da separação e equilíbrio entre poderes, etc. De forma resumida, trata-se de desvendar a Constituição como uma criação, no tempo, de um espaço comum entre Filosofia Política e Direito Constitucional. A pergunta central a orientar a reflexão é se a Constituição de 1988 é ainda uma carta adequada às nossas circunstâncias.

Obs: a organização dos seminários será feita em conjunto com professores da área de Direito Constitucional, e por isso a ementa destes três primeiros seminários poderá ganhar maior detalhamento, acompanhada de bibliografia específica.

2º. Bloco (3 seminários): Relações entre Estado e Sociedade no Brasil.

O objetivo deste bloco é do analisar o tipo de relação entre Estado e Capital – regulação, desregulação, incentivos, etc; entre Estado e Trabalho – regulação, desregulação, direitos coletivos e individuais dos trabalhadores; Estado e Sociedade, incluindo o conjunto de agentes e identidades que compõem a sociedade brasileira e que não se incluem nos tópicos anteriores (gênero, etnia, por exemplo); o impacto da estrutura do próprio Estado e de suas políticas públicas em relação às desigualdades sociais e regionais. Em suma, tentar estabelecer a trama de relações que foram estabelecidas entre Estado e Sociedade, tendo em vista a Constituição e as estratégias adotadas pelos vários governos no pós-88.

3º. Bloco (2 seminários): A Educação no Brasil.

O pressuposto deste bloco é que as políticas educacionais não podem ser definidas como semelhantes, no seu impacto e natureza, às demais políticas públicas. A história de países democráticos, mesmo em crise, revelam que sem uma educação pública, universal e igual para os cidadãos, não há como se falar em povo unificado, seja sob a forma de um *demos* – jurisconsortes livres e iguais que se dão o direito e os direitos como forma de vida, preservando sua diversidade – ou de um *étnos*, um povo unificado culturalmente que vê na democracia o modo superior de expressão de sua pluralidade, unidade e identidade. Some-se a isto o fato de que a produção do

conhecimento torna-se crescentemente fundamental para a inserção e a riqueza em uma nova forma de capitalismo globalizado.

4º. Bloco (2 seminários): o Brasil Rural.

A intenção aqui é a de mostrar como o mundo rural brasileiro se estrutura, com seu agronegócio, seus camponeses, seus conflitos, e como as políticas do Estado brasileiro – em seus vários níveis – interfere na constituição de um espaço econômico e social específico da vida brasileira. De que modo o tema da cidadania é vivido em nosso mundo rural?

5º. Bloco (2 seminários): o Brasil Urbano.

De forma semelhante ao anterior, o objetivo é o de examinar de que modo o mundo urbano favorece ou desfavorece uma vivência prática e cotidiana da cidadania. A partir de 2013, as cidades brasileiras tornaram-se o espaço de manifestações gigantescas, sem que o Estado, também nos seus vários níveis, tenha entendido completamente a voz destas ruas. Quais são, de fato, as políticas urbanas do Estado e a imaginação que contêm? É possível um diagnóstico de nossas cidades, pelo menos as grandes cidades e as de porte médio? Não seria a hora de pensar numa desconcentração do poder de Brasília em favor das cidades e dos municípios, com ampla liberdade para experimentar políticas públicas e soluções para os seus problemas?

6º. Bloco (4 seminários): crise política e alternativas.

Os quatro últimos seminários serão dedicados à discussão dos agentes e temas envolvidos em nossa crise atual. Um seminário específico será destinado a examinar como a produção das nossas ciências sociais penetra no debate nacional, e se favorece ou não a escolha de alternativas de futuro. Neste bloco discutiremos mais detalhadamente o nosso sistema representativo, para além dos aspectos jurídicos, bem como os personagens mais salientes da cena política – empresários, trabalhadores, classe média, imprensa, partidos políticos, procuradores da República, juízes, etc. – , e como seus interesses e objetivos impactam a dinâmica de nossa crise.

Observação: os professores Felipe Maia, Luzimar Paulo Pereira, Jorge Chaloub, Fernando Perlatto e Manuel Palácios já confirmaram a sua colaboração nestas discussões. Estou aguardando a resposta de outros.